

# Armênia

LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO RELATÓRIO 2021

## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

---

O artigo 41.º (n.º 1) da Constituição<sup>1</sup> afirma que “todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. E estipula que este direito “inclui a liberdade de mudar a própria religião ou crenças e a liberdade, sozinho ou em comunidade com outros, em público ou em privado, de manifestar a religião ou crenças na pregação, em cerimônias religiosas, noutros rituais de culto ou noutras formas”.

De acordo com isto, a seção 3 do artigo 41.º afirma que “todo o cidadão para quem o serviço militar contradiga a sua religião ou crenças terá o direito de o substituir por serviço alternativo na forma estipulada por lei”. Em 2018, o Governo armênio alterou a sua legislação para disponibilizar um serviço civil alternativo de duração não punitiva aos objetores de consciência.<sup>2</sup> Isto seguiu-se a anos de litígio envolvendo as testemunhas de Jeová, especificamente em

dois processos judiciais contra a Armênia na Câmara Alta do Tribunal Europeu: Bayatyan v. Armênia, em 2011,<sup>3</sup> e Adyan e Outros v. Armênia, em 2017.<sup>4</sup>

O artigo 17.º (n.º 1-2) da Constituição declara que “a liberdade de atividade das organizações religiosas é garantida na República da Armênia” e que “as organizações religiosas são separadas do Estado”.

Embora o registro não seja obrigatório para grupos religiosos, sem ele não dispõem de meios legais para possuir ou alugar propriedades, bem como para realizar regularmente atividades religiosas e outras.<sup>5</sup>

O artigo 18.º (n.º 1-2) da Constituição reconhece a Igreja Apostólica Armênia como a Igreja nacional, destacando a “missão excepcional” que tem “na vida espiritual, desenvolvimento da cultura nacional e preservação da identidade nacional do povo da Armênia”. O mesmo artigo estipula que “a relação entre a República da Armênia e a Igreja Apostólica Armênia pode ser regulamentada por lei”.

A Igreja Apostólica Armênia tem o direito de nomear representantes em várias instituições, tais como colégios internos, hospitais, orfanatos, unidades militares e prisões. Outros grupos religiosos devem pedir permissão de acesso a estes organismos. A Igreja Apostólica Armênia é também livre de promover a sua mensagem sem interferência do Estado e contribui para os manuais escolares, formação de professores e desenvolvimento de cursos sobre a História da Igreja Armênia. Pode também fornecer instrução religiosa extracurricular em escolas públicas.<sup>6</sup>

A Lei da República da Armênia sobre a Liberdade de Consciência e sobre Organizações Religiosas de 1991 serve como fonte adicional de legislação relativa à liberdade religiosa no país.<sup>7</sup> O artigo 3.º (n.º 7) desta lei prevê que um grupo religioso registrado pode exercer os seguintes direitos: “reunir os seus fiéis à sua volta”; “satisfazer as necessidades religiosas e espirituais dos seus fiéis”; “realizar serviços religiosos, ritos e cerimônias”; “estabelecer grupos de instrução religiosa destinados à formação de membros”;

“empenhar-se em estudos teológicos, religiosos, históricos e culturais”; “formar membros do clero ou para fins científicos e pedagógicos”; “obter e utilizar objetos de significado religioso”; “fazer uso dos meios de comunicação social de acordo com a lei”; “estabelecer laços com organizações religiosas de outros países”; e “envolver-se em trabalho de caridade”. A lei proíbe a proselitismo se este for além das atividades acima especificadas. A lei também dá tratamento preferencial à Igreja Apostólica Armênia, o que criou ressentimento entre outras comunidades religiosas.<sup>8</sup>

Em março de 2018, o Conselho da Europa levantou estas preocupações em conformidade com os seus esforços para alinhar mais a legislação, instituições e práticas da Armênia com as normas da União Europeia em termos de direitos humanos. A avaliação do Conselho observou que o caráter não obrigatório do registro estatal para as organizações religiosas não foi explicitamente declarado. Recomendou “assegurar que os privilégios usufruídos pela Igreja Apostólica Armênia sejam objetivamente justificados e não sejam por isso discriminatórios”.<sup>9</sup>

Relativamente às aulas de História da Igreja Armênia ministradas em escolas públicas, alguns grupos religiosos da sociedade civil e minorias religiosas argumentaram que o seu conteúdo discriminava as minorias religiosas. Embora a lei exija uma educação pública secular, as aulas de História da Igreja Armênia fazem parte do currículo da escola pública. Ao abrigo da legislação atual, a Igreja Apostólica da Armênia tem o direito de participar no desenvolvimento do programa de estudos. Além disso, as aulas são obrigatórias, os alunos não estão autorizados a não participar e não existem alternativas disponíveis para as outras religiões ou para quem não tem nenhuma religião.<sup>10</sup>

## INCIDENTES E EVOLUÇÃO



Em junho de 2018, o grupo de iniciativa Nova Armênia, Novo Patriarca, que inclui ativistas seculares e dois antigos membros do clero da Igreja Apostólica Armênia, apelou à demissão de Catholicos Karekin II, Patriarca Supremo de todos os armênios. No âmbito do seu protesto, o grupo bloqueou o veículo do patriarca no complexo do mosteiro Gndevank na região de Vayots Dzor, insultando-o e ameaçando trancá-lo no mosteiro.

O Primeiro-Ministro Pashinyan considerou a questão um assunto interno da Igreja e instou as partes a encontrarem uma solução por si próprias, mas pediu à polícia que examinasse o incidente. A polícia não apresentou queixa porque não havia qualquer ameaça à vida do patriarca. Num outro incidente, contudo, o mesmo grupo de ativistas invadiu a residência privada do patriarca. Neste caso, os agentes retiraram os manifestantes após três dias de protesto. Subsequentemente, o protesto foi transferido para o centro de Yerevan.<sup>11</sup>

Edward Manasyan, um membro proeminente da comunidade bahá'í, foi detido em dezembro de 2017, tendo ficado na prisão até julho de 2018, altura em que foi libertado sob fiança.<sup>12</sup>

Cerca de 35.000 yazidis vivem atualmente na Armênia,<sup>13</sup> muitos deles refugiados do Iraque. Desde janeiro de 2016, o Governo armênio contribuiu com 100.000 dólares para o ACNUR para apoiar a sua transferência de Sinjar, no norte do Iraque, para a Armênia.<sup>14</sup>

Em setembro de 2019, uma segunda casa de culto yazidi foi formalmente aberta na Armênia, o templo de Malek Taus e dos Sete Anjos em Aknalich. Muitos yazidis permanecem à margem da sociedade armênia.<sup>15</sup> Independentemente da objeção dos pais, todas as crianças yazidi que frequentam escolas mistas devem frequentar aulas de <sup>16</sup>religião cristã.

Sendo um país etnicamente diverso, a Armênia tem tido uma profunda ligação histórica ao Judaísmo. O país acolhe cerca de 500 judeus, quase inteiramente concentrados em Yerevan, onde funciona a única sinagoga da Armênia. As crianças podem

frequentar aulas de religião e ter um coro chamado Keshet. Os judeus da Armênia podem praticar livremente o Judaísmo e viver em relativa segurança, apesar de algumas queixas de antissemitismo.<sup>17</sup> Contudo, em janeiro de 2020, a chefe da comunidade judaica na Armênia, Rima Varzhapetyan-Feller, disse estar “confiante de que na Armênia nunca houve e não pode haver manifestações de antissemitismo”.<sup>18</sup>

A pandemia da COVID-19 chegou à Armênia em março de 2020 e ainda havia um grande surto no final do ano.<sup>19</sup> No seu início, Catholicos Karekin II emitiu uma declaração com sete normas para prevenir a propagação do vírus durante os cultos religiosos. E ordenou que todas as celebrações religiosas fossem realizadas à porta fechada sem a participação dos fiéis e, se possível, transmitidas online. Os casamentos foram suspensos e foi recomendada a limitação do número de pessoas nos funerais.

Na altura em que escrevemos, não havia fim à vista para o conflito entre o Azerbaijão e a Armênia sobre o território disputado de Nagorno-Karabakh. Apesar dos acordos de cessar-fogo anteriores, as tensões voltaram a aumentar no início de outubro de 2020, com novos combates e milhares de mortos.<sup>20</sup>

Neste mesmo mês, a Catedral do Santo Salvador (Ghazanchetsots) do século XIX em Shusha, um local emblemático da Igreja Apostólica Armênia, foi bombardeada e parcialmente danificada.<sup>21</sup>

## PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

---

O destaque oficial da Igreja Apostólica Armênia no país tem suscitado preocupações sobre a liberdade religiosa. Após a revolução armênia de 2018 liderada pelo atual Primeiro-Ministro

Nikol Pashinyan, surgiu uma vontade geral de haver maior inclusão e acolhimento das minorias religiosas perseguidas.

Espera-se que o Plano de Ação do Conselho da Europa para a Armênia 2019-2022 sirva como instrumento estratégico para alinhar a legislação, instituições e práticas do país com as normas da União Europeia em termos de direitos humanos, Estado de direito e democracia, o que inclui a liberdade religiosa.

Vários partidos políticos armênios de todo o espectro ideológico estão empenhados em promover a consolidação democrática no interesse do povo armênio, que se espera que o Plano de Ação apoie.

Outros motivos de otimismo foram apresentados em outubro de 2019, quando a Armênia ganhou um lugar no Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período de 2020-2022, aprovado por 144 países. Olhando para o futuro, isto poderá servir como uma oportunidade para aumentar os esforços para assegurar o respeito pela liberdade religiosa ou de crença na Armênia. Nas palavras do Primeiro-Ministro Nikol Pashinyan, a eleição é “um sinal de confiança da comunidade internacional, especialmente no campo dos direitos humanos”.<sup>22</sup>

No entanto, à data da redação deste relatório, subsistem preocupações relativamente ao conflito com o Azerbaijão e às consequências que este poderá ter para a estabilidade da região e, conseqüentemente, para os direitos humanos.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Armenia 1995 (rev. 2015), Constitute Project, [https://www.constituteproject.org/constitution/Armenia\\_2015?lang=en](https://www.constituteproject.org/constitution/Armenia_2015?lang=en) (acesso em 14 de fevereiro de 2021).

- <sup>2</sup> “How Armenia came to recognize the right to conscientious objection”, Testemunhas de Jeová, Assembleia Nacional da República da Armênia, 15 de fevereiro de 2018, <https://www.jw.org/en/news/legal/by-region/armenia/recognize-right-to-conscientious-objection/> (acesso em 8 de março de 2020)
- <sup>3</sup> “Bayatyan v. Armenia”, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Liberdade de Consciência e Religião, <https://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pageId=10#caseId=340> (acesso em 9 de março de 2020)
- <sup>4</sup> “Adyan and Others v. Armenia”, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Liberdade de Consciência e Religião, <https://www.strasbourgconsortium.org/portal.case.php?pageId=10#caseId=1415> (acesso em 9 de março de 2020)
- <sup>5</sup> Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, “Armenia”, 2019 Report on International Religious Freedom, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/reports/2019-report-on-international-religious-freedom/armenia/> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).
- <sup>6</sup> Ibid.
- <sup>7</sup> “Law of the Republic of Armenia on the Freedom of Conscience and on Religious Organizations”, Assembleia Nacional da República da Armênia, <http://www.parliament.am/legislation.php?sel=show&ID=2041&lang=eng> (acesso em 6 de março de 2020).
- <sup>8</sup> “The Law of the Republic of Armenia Regarding the Relationship Between The Republic of Armenia and the Holy Apostolic Armenian Church”, The Armenian Church, <https://www.armenianchurch.org/index.jsp?sid=3&nid=724&y=2007&m=4&d=5&lng=en> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).
- <sup>9</sup> “Council of Europe: ‘New draft law on freedom of conscience and religious organisations in Armenia is an improvement, but concerns remain’”, Hetq Online, 9 de março de 2018, <https://hetq.am/en/article/86710> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).
- <sup>10</sup> “Armenia”, The Freedom of Thought Report 2018, The Humanists, 10 de novembro de 2016, <https://fot.humanists.international/countries/asia-western-asia/armenia/> (acesso em 10 de março de 2020).
- <sup>11</sup> Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, op. cit.

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> “Armenia”, Religious Freedom Report 2018, Ajuda à Igreja que Sofre, <https://religious-freedom-report.org/report/?report=148> (acesso em 9 de março de 2020).

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Raffi Elliott, “Yezidi temple opening in Armenian town a symbol of inclusion, cultural preservation”, The Armenian Weekly, 2 de outubro de 2019, <https://armenianweekly.com/2019/10/02/yezidi-temple-opening-in-armenian-town-a-symbol-of-inclusion-cultural-preservation/> (acesso em 6 de março de 2020).

<sup>16</sup> Gabinete para a Liberdade Religiosa Internacional, op. cit.

<sup>17</sup> “Armenia”, World Jewish Congress, <https://www.worldjewishcongress.org/en/about/communities/AM> (acesso em 9 de março de 2020).

<sup>18</sup> “There is no and has never been Antisemitism in Armenia – head of Jewish community in Armenia”, Armen Press, 24 de janeiro de 2020, <https://armenpress.am/eng/news/1002603.html> (acesso em 10 de março de 2020).

<sup>19</sup> “The Exhortation of the Catholicos of All Armenians Regarding the Coronavirus Pandemic”, The Armenian Church, março de 2020, <https://www.armenianchurch.org/index.jsp?sid=1&id=31227&pid=16772> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).

<sup>20</sup> “Nagorno-Karabakh profile”, BBC News, 18 de novembro de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-europe-18270325> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).

<sup>21</sup> “Nagorno-Karabakh: Armenia claims cathedral hit by Azerbaijan shelling”, Deutsche Welle, 8 de outubro de 2020, <https://www.dw.com/en/nagorno-karabakh-armenia-claims-cathedral-hit-by-azerbaijan-shelling/a-55209042> (acesso em 14 de fevereiro de 2021).

<sup>22</sup> “Armenia joins UNHRC”, Caucasian Knot, 18 de outubro de 2019, <https://www.eng.kavkaz-uzel.eu/articles/48811/> (acesso em 9 de março de 2020).



## **SOBRE A ACN**

ACN (Ajuda à Igreja que Sofre no Brasil) é uma organização católica fundada em 1947 pelo Padre Werenfried van Straaten para ajudar os refugiados de guerra. Desde 2011 reconhecida como fundação pontifícia, a ACN dedica-se a ajudar os cristãos no mundo inteiro – através da informação, oração e ação – especialmente onde estes são perseguidos ou sofrem necessidades materiais. A ACN auxilia todos os anos uma média de 5.000 projetos em 130 países graças às doações de benfeitores, dado que a fundação não recebe financiamento público.

CONHEÇA A ACN